

portanto, Sr. Presidente e Srs. deputados, que viesse aqui prestar a sua homenagem de respeito, de admiração, a Universidade de São Paulo, na pessoa do seu novo Reitor.

Tenho, como democrata sincero, como cristão, admiração profunda pelo Poder Legislativo. Se é verdade que em nosso regime político, em nossa sistemática constitucional os poderes do Estado são harmônicos e independentes entre si, é aqui na Assembleia Legislativa, neste Palácio 9 de julho que floresce, que medra a esperança de todo o povo, porque vós scis, pela nossa vontade secular, aqueles que escolhemos para orientar, guiar, conduzir, na Assembleia Legislativa, os destinos do próprio povo. Se é certo que os poderes do Estado são harmônicos e independentes entre si, indiscutivelmente onde se encontra primazia é aquele em que se assentam os homens que, livremente escolhidos nos comícios populares, vêm legislar para orientar os destinos da Nação e do Estado. Natural, portanto, Sr. Presidente e Srs. deputados que aqui viesse a Universidade de São Paulo trazer a sua homenagem de respeito de admiração e de permanente esperança.

Devia também aqui comparecer para agradecer o voto, que me tocou profundamente o coração, do eminente deputado Jacob Pedro Carolo, quando de minha nomeação para Reitor da nossa Universidade. E hoje, ao ouvir as palavras respeitadas e respeitáveis dos eminentes deputados que me saudaram, essas palavras como que fortaleceram em mim a crença de que poderei, no exercício do meu cargo, realizar alguma coisa de bom pelo nosso Estado e pelo nosso País. Agradeço ao eminente deputado Pedro Geraldo Costa, com quem convivi no velho Largo de São Francisco, naquelas arcadas que muitos e muitos de vós soubestes frequentar como estudantes, e onde também, quanto eu recebeste todos uma orientação jurídica, cívica e moral. Quanto à eminente deputado Conceição da Costa Neves, esta ilustre dama, com quem convivemos longo tempo, como salientou S. Exa., na Cruz Vermelha Brasileira, em período difícil para os destinos dos nossos superiores ideais, porque foi em plena guerra e logo após, conheci o seu valor, a sua tenacidade, a sua capacidade de trabalho. A dona Conceição da Costa Neves, mais uma vez, com o tributo da minha admiração, a minha maior gratidão. O nobre deputado Luciano Nogueira Filho, como eu vejo também das arcadas de São Francisco. As suas palavras de fé e de confiança tocaram profundamente o coração do reitor da Universidade. Em meu discurso de posse, respondendo à indagação de V. Exa., tive oportunidade de salientar qual seria a nossa orientação nos destinos da nossa Universidade. E a Universidade era uma comunidade onde mestres e estudantes se dão às mãos no aperfeiçoamento do ensino, na dedicação da pesquisa e na formação cultural de todas as gerações.

É a Universidade, por representar em qualquer sociedade bem organizada, a cúpula do pensamento, aquela entidade onde repousam também as grandes esperanças da ordem social e do desenvolvimento econômico, porque é lá, na formação do espírito de todos os jovens, dos pesquisadores e daqueles que querem realizar profissionalmente a missão a que Deus os destinou, que vamos encontrar, por certo, os que nos devem orientar e conduzir. E tenho a certeza de que, contando com a colaboração dos poderes do Estado desta Augusta Assembleia Legislativa, a minha missão será mais fácil, no desempenho dos grandes encargos que tem o Reitor da Universidade.

O meu maior reconhecimento também ao eminente deputado Murillo Sousa Reis, que com gesto fidalgo permitiu, interrompendo os seus encargos de deputado, que esta Assembleia prestasse esta magnífica homenagem ao Reitor da Universidade de São Paulo, e que com palavras tão eloquentes se solidarizou com as homenagens que me acabam de ser prestadas.

Ao eminente Presidente Ciro Albuquerque, que também num gesto fidalgo, honrou a Universidade de São Paulo comparecendo à posse do seu Reitor, que tem no alto e importante posto que ocupa, de chefe do Poder Legislativo, encargos tão grandes, e que, pelo seu talento, pela sua cultura, pela pureza com que orienta os trabalhos, merece a gratidão do povo de São Paulo, aqui venho o Reitor da Universidade de São Paulo, e com ele o seu corpo docente e discente, trazer a S. Exa. e aos nobres deputados a sua homenagem de profundo reconhecimento.

Sr. Presidente e Srs. deputados, deixo esta Casa, Palácio Nove de Julho, que é para todos nós símbolo de permanente esperança, com a consciência cada vez mais convicta do valor do nosso regime, dos nossos ideais cristãos e democráticos. Deixo esta Casa, neste instante, apresentando a V. Exas., Sr. Presidente e Srs. deputados, a homenagem sincera, a homenagem carinhosa, a homenagem de respeito da Universidade de São Paulo, pois ela é menos nossa do que de todos vós.

Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente e Srs. deputados. (Palmos prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE — A Presidência convida os Srs. deputados para acompanharem S. Exa. o professor Gama e Silva, Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo.

Continua com a palavra o nobre deputado Murillo Sousa Reis.
O SR. MURILLO SOUSA REIS — Sr. Presidente e Srs. deputados, continuando na apreciação do voto oposto pelo Sr. Governador ao Projeto de lei 651-61, estranhamos a argumentação usada pelo Sr. Governador, que é a mesma usada para todos os vetos a projetos que tratem de estabelecimentos de ensino. O projeto tramitou nesta Casa normalmente. Passou pela Comissão de Justiça, com parecer favorável; pela Comissão de Educação e Cultura, com parecer favorável do relator, o nobre deputado Costabile Romano, aprovado pela Comissão de Finanças, que opinou também pela aprovação do projeto; e foi à sanção do Sr. Governador, que o encaminhou ao Secretário da Educação, e este, então, usou aquela maquininha de veto quando se trata de estabelecimentos de ensino público.

Mas o Sr. Secretário da Educação, ultimamente, vem protegendo muito os estabelecimentos de ensino particular, distribuindo verbas a granel, da ordem de três bilhões de cruzeiros, protegendo dessa forma escolas particulares e pretendendo fechar definitivamente o ensino público, o ensino público, que geralmente é destinado aos filhos dos trabalhadores, dos pobres. Nós sabemos quanto custam os colégios particulares. De maneira que não estranhamos que venham muito outros vetos a esta Casa, não permitindo que o povo de São Paulo possa ter seus colégios, seus ginásios, porque pretende o Sr. Secretário da Educação estrangular todo o ensino público de São Paulo e conceder benefícios, estranhos, às escolas particulares. Já se fala por aí fora que os estabelecimentos beneficiados com essas verbas têm passado recibo pelo dobro do que têm recebido, e daí se justifica perfeitamente a aquisição do prédio da Rua Buri n. 100, no Pacaembu, no valor de 70 milhões de cruzeiros, pelo padre. Enquanto isso, o Sr. Governador do Estado alega que não tem condições para a instalação dos estabelecimentos de ensino, porque falta prédio, laboratório, equipamento e especialmente pessoal docente.

O Sr. José Sabiá (Com assentimento) — Nobre deputado, esse governo que aí está instalado é interessante. Há verdadeiros contrastes. Neste instante a Casa acabou de ouvir as expressões sinceras dessa figura brilhante do Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo, Prof. Gama e Silva. Foi exaltada a personalidade desse jurista, discípulo de Ruy e de Clovis Beviláqua. Todos nesta Casa depositaram no Magnífico Reitor a sua confiança, inclusive deputados de oposição, absoluta confiança no pleno desenvolvimento da Universidade de São Paulo, no seu plano educacional. E percebe-se, por outro lado, o governo a negar essa afirmação que foi feita nesta tarde pelo Magnífico Reitor. Enquanto o Reitor dos cursos superiores afirma o seu desenvolvimento, a sua expansão o Governador, através do Secretário da Educação coloca quase que um ponto final na afirmação do Magnífico Reitor Gama e Silva, eis que, observa V. Exa., a justificação do veto, o seu fundamento, parte até que é uma cópia do que fora observado ontem, nobre deputado. Porque a justificativa é a mesma. Ora, olhe as considerações que são feitas no que tange à justificação do veto: (Lê) "No entanto, é forçoso convir que a expansão acelerada da rede oficial de escolar de nível médio, nem sempre planejada, acarretou e ainda vem acarretando, ao lado de aspectos positivos, numerosos outros francamente negativos". E para mim, nobre deputado, permita-me a expressão, um contra-senso. Neste instante antes da discussão do veto do Sr. Governador, conversando com o autor do projeto, nobre deputado Jamil Dualibi, colhi dele informações. Ontem, o Prof. Raul Schwinden declarava que as informações prestadas pela Secretaria da Educação em relação à estatística não correspondem à verdade. E o próprio deputado Jamil Dualibi quem estranha que a estatística oferecida, de conclusões do ano de 1960 — 14 alunos; 1961 — 15 alunos; 1962 — 8 alunos, não pode corresponder a verdade para subsanciar e amparar o veto do Sr. Governador. É de se lastimar que este governo seja um governo de contrastes. Ainda bem que existe um ponto positivo, que é o Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo. Se não houvesse, seria uma verdadeira catástrofe, como é o governo em determinados setores.

O SR. MURILLO SOUSA REIS — Tem razão V. Exa. Mas, nobre deputado, ontem à noite foi inaugurada uma escola através da televisão, e foi solenemente inaugurado o início de cursos através da televisão. V. Exa., já imaginou o convênio que foi estabelecido entre a Televisão e a Secretaria da Educação, que não sabemos bem mas deve girar por volta de milhões ou de bilhões de cruzeiros, para ensinar através da televisão? Mas, ensinar através da televisão a quem? As crianças filhas dos trabalhadores? Não, porque os tra-

balladores não dispõem de dinheiro para comprar um aparelho de televisão a fim de educar seus filhos. Então a televisão passa a ser um privilégio da gente rica, que pode se dar ao luxo de comprá-la e educar os seus filhos. E o filho do pobre, o filho do operário que não tem dinheiro para comprar e aparelho e muitas vezes nem para comprar roupa para mandar seu filho à escola?

Srs. deputados, a inteligência do homem não é privilégio dos ricos. Nós encontramos, nas classes pobres, crianças dotadas de uma grande inteligência e que não têm possibilidade de frequentar escola.

Então, inaugura-se o ensino através da televisão em São Paulo. Mas isso interessa ao Secretário da Educação, porque desta forma ele poderá apresentar justificativas da evasão do dinheiro público. Mas por que não se aplica esse dinheiro — que vai ser aplicado em programas de ensino pela televisão — por que não se aplica em escolas? Agora vem o Governador aqui, assessorado pelo Secretário da Educação, dizer que o Estado não dispõe de prédio, não dispõe de laboratório, não dispõe de bibliotecas, não dispõe de professores, não dispõe de nada. Esta é a alegação que fazem os assessores do Secretário da Educação ao fornecer elementos ao Sr. Governador. Então aqui na justificativa do veto ele diz: (Lê) "É de se ressaltar que o simples aumento do número de escolas, sem o fornecimento de elementos indispensáveis como prédios, laboratórios, equipamentos e especialmente pessoal docente, servirá apenas para fins estatísticos, sem qualquer proveito para a coletividade".

Ora, a quem compete então dar todos os elementos para que se possa estabelecer o ensino obedecendo a um planejamento? Evidentemente, ao Governador, que dispõe de verbas especiais concedidas por esta Casa. Mas essas verbas não são aplicadas; são canalizadas para a Secretaria da Educação. E como à frente da Secretaria da Educação se encontra um homem incapaz de dirigir tecnicamente e até moralmente a Secretaria que ocupa, então fornece material ao Sr. Governador para, numa máquina, numa espécie de disco, sempre repetir a mesma argumentação, dizendo que não dispõe de elementos e condições para a fixação dos estabelecimentos de ensino no Estado de São Paulo. E mais abaixo, ainda, de argumentação, diz: (Lê) "Conforme tive oportunidade de informar na mensagem de 14 de março último, a Secretaria da Educação se empenhará em dotar de laboratórios, bibliotecas, material didático e outros aparelhamentos, toda a rede oficial de ensino, visando a proporcionar a professores e alunos, ensino moderno, eficiente e ajustado à realidade".

Vejam, Srs. deputados, que paradoxo. Em cima, o governador alega que não dispõe de meios e condições. Posteriormente, diz que há um planejamento, que vai dotar os estabelecimentos de ensino de laboratórios, bibliotecas, material didático e outros aparelhamentos.

Sinceramente, a única coisa que podemos entender da argumentação dos assessores de S. Exa., o Sr. governador, é que, quando pretendem que seja oposto veto, em projeto desta natureza, não examinam a propositura como deviam. Apenas olham o título. Se se trata de criação de escola em determinado município, então o critério é sempre o mesmo: Não se procura colher dados estatísticos para verificar da necessidade de se criar estabelecimento de ensino em determinado município.

E assim, Srs. deputados, todos os dias, nesta Casa, se discutem vetos a estabelecimentos de ensino no Estado de São Paulo. E de se lamentar que isto ocorra, pois não há dúvida nenhuma de que necessitamos aumentar a nossa rede de estabelecimentos escolares para melhorar o nível educacional e cultural do nosso povo. Mas de que forma? O Sr. Secretário da Educação entende que para melhorar esse ensino só será possível através de um programa de televisão, ensinando as crianças a ler e escrever. Mas para escolas públicas, ele corta todas as possibilidades de progresso, corta todas as possibilidades de desenvolvimento. Pelo contrário; procura estrangulá-las para que não possam funcionar.

Aqui está uma estatística em que o Sr. Governador diz que Rinópolis tem apresentado o seguinte índice de matrículas: em 1960, 14 alunos; em 1961 — 25 alunos; em 1962 — 8 alunos.

Há pouco fui informado de que estas estatísticas não representam uma realidade. Estas estatísticas não são verdadeiras. E nós entendemos que de fato são estatísticas apresentadas apenas para bem justificar o veto oposto ao Projeto de lei n. 651-61. No entender deste governo, teremos, como resultado, as escolas particulares monopolizando o ensino no Estado de São Paulo, e as escolas públicas poderiam ser dotadas de melhor material didático, melhores prédios, que estão, por certo, caindo aos pedaços. Algumas dessas escolas estão fechadas, porque o Sr. Secretário da Educação não pretende distribuir e aplicar as verbas que são destinadas às escolas do Estado, às escolas públicas, preferindo, naturalmente, prestigiar as escolas particulares.

Sr. Presidente, lamentamos sinceramente que à frente da Secretaria da Educação esteja um cidadão que não tem condições nem técnica nem moral para dirigir tal setor da vida pública do Estado de São Paulo. Não estranhamos que sejam vetados todos os projetos desta Casa, que visam a melhorar e criar novas instituições de ensino público. Votaremos, Sr. Presidente, Srs. deputados, a favor do projeto. Vamos rejeitar o veto. Lançamos um apelo aqui aos Srs. deputados, um veemente apelo, para que dêem o seu voto a favor do projeto, rejeitando desta forma o veto e possibilitando à cidade de Rinópolis que seja contemplada com mais uma escola que, por certo, grandes benefícios trará à população progressista do município.

O Sr. Fernando Mauro (Com assentimento do orador) — Muito obrigado nobre deputado Murillo Sousa Reis. Venho acompanhando a sua exposição de motivos, combatendo o veto oposto ao Projeto de lei n. 651-61, vetado totalmente, apresentado pelo deputado Jamil Dualibi, autorizando a funcionar como colégio o Ginásio "Dr. Ginez Carmona Martinez", de Rinópolis. O que estranho, nobre deputado, é que deveriam estar nesta tribuna os deputados defendendo as suas proposições e trazendo, efetivamente, a sua colaboração aos debates. Eu, por exemplo, conheço a cidade de Rinópolis. Confesso que estou estupefocado com as estatísticas trazidas nesta mensagem e na exposição de motivos, nas razões do veto do Sr. Governador. É uma cidade que necessita mesmo de transformar o ginásio em colégio, até mesmo porque as cidades mais próximas, que dele dispõe, Tupã, Oswaldo Cruz, Birigui, Penápolis e outras, ficam distantes 40 a 50 quilômetros do centro da cidade de Rinópolis, dificultando, desta forma, o progresso cultural dos estudantes daquela cidade. As razões não são objetivas, não são reais, não são verdadeiras. Mas não devemos culpar só o Sr. Governador de agora mas também outros, porque as estatísticas de 1961-1962 pertencem ao tempo do Governador Carvalho Pinto. Não defendo nem defenderei o atual Secretário da Educação, Irei à tribuna, depois de todas as acusações que V. Exa. prometeu trazer a plenário, a fim de expender o meu ponto-de-vista quanto à presença física do atual Secretário da Educação à frente de uma secretaria de Estado em São Paulo. Condenamos a atitude do Pe. Balceiro no setor educacional, maltratando o dinheiro público, inclusive conforme a acusação que V. Exa. fez, levando o ensino à televisão, quando só rico tem o privilégio de possuir tais aparelhos. Ricos não precisam de instrução através da televisão mas os pobres necessitam dela. No interior há necessidade de difusão do ensino primário, médio e profissional. Justamente o interior é que necessita de ampliação de sua rede de ensino, inclusive na parte de ensino superior. Ainda há pouco tempo vimos aprovada a criação da Faculdade de Medicina de Eucareta, e a de Campinas. Ouvimos elogios tecidos ao Reitor da Universidade, merecidos, mas S. Exa. também no setor administrativo não tomou conhecimento de certos fatos, haja vista para o fato da greve deflagrada ontem na Faculdade de Filosofia de Campinas. Verifiquem a deficiência das verbas destinadas à Faculdade de Filosofia de Marília, que há longo vem pedindo verbas para ampliação de suas instalações e acomodações e não as consegue; à Faculdade de Filosofia de Presidente Prudente. Assis, onde se formam professores que irão ministrar o ensino básico, médio, secundário e profissional. Os elogios se regam com muita facilidade ao Executivo. Os Srs. deputados que apresentam seus projetos de lei e os vêem vetados pelo Sr. Governador, via de regra não têm capacidade para subir à tribuna e trazer seu protesto e sua argumentação contra os vetos. Não digo no caso presente, mas genericamente. O Executivo usa e abusa desta Casa, e os Srs. deputados da maioria se vergam com facilidade ao Executivo, em detrimento dos interesses do povo de São Paulo. Não representam aqueles que deveriam representar. Não vêm a necessidade que tem o povo de melhores condições de vida, esse mesmo povo que os mandou para esta Casa. Entretanto, são comandados por um só homem: o Sr. Governador.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência pede licença para comunicar à Casa que se encontra em visita a esta Casa, e com assento ao lado da Presidência, o ex-deputado da primeira legislatura Sr. Sidney Delcídes D'Avilla.

O SR. MURILLO DE SOUSA REIS — Nobre deputado Fernando Mauro, V. Exa., estranhou, como eu estranhei, a ausência do autor do projeto, pois cabia a S. Exa., o nobre deputado Jamil Dualibi, defender sua propositura. E tanto estranhei, nobre deputado Fernando Mauro, que mandei o continúo do plenário verificar se o deputado Jamil Dualibi estava na Casa, porque mesmo o deputado que ocupa a tribuna necessitaria de alguns esclarecimentos do deputado daquele município para que pudesse argumentar mais e melhor contra o veto. Por exemplo, nobre deputado Fernando Mauro, V. Exa., que diz que conhece Rinópolis, pode não saber, como não sei, quantos quilômetros separam Rinópolis de Oswaldo Cruz. Ficaria grato a V. Exa. se pudesse me prestar estes esclarecimentos.

O Sr. Fernando Mauro — Posso adiantar a V. Exa. que Oswaldo